



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 71/XII/ 2.<sup>a</sup> SL

Aos 18 dias do mês de Setembro de 2012, pelas 17:30 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da Ata n.º 70/XII, referente à reunião de 5 de julho
2. Informações;
3. Apreciação e votação do Relatório de Atividades da Comissão de Assuntos Europeus relativo à 1.<sup>a</sup> Sessão Legislativa;
4. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias

a) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece um enquadramento para a recuperação e resolução de instituições de crédito e empresas de investimento e que altera as Diretivas 77/91/CEE e 82/891/CE do Conselho, as Diretivas 2001/24/CE, 2004/47/CE, 2004/25/CE, 2005/56/CE, 2007/36/CE e 2011/55/CE e o Regulamento (UE) n.º 1093/2010 [COM(2012)280] *objeto de relatório da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública*

Deputado Autor de Parecer: Sérgio Sousa Pinto (PS)

b) Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Decisão 2003/17/CE do Conselho prorrogando o seu período de aplicação e atualizando os nomes de um país terceiro e das autoridades responsáveis pela aprovação e controlo da produção [COM(2012)343]

Deputado Autor de Parecer: Duarte Marques (PSD)

c) Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Decisão 2008/971/CE do Conselho relativamente à inclusão de materiais florestais de reprodução da categoria «material qualificado» no âmbito de aplicação daquela decisão e à atualização do nome das autoridades responsáveis pela aprovação e controlo da produção [COM(2012)355]

Deputado Autor de Parecer: Cristóvão Norte (PSD)

**COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS**

**ATA NÚMERO 71/XII/ 2.<sup>a</sup> SL**

d) Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Banco Central Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu, ao Comité das Regiões e ao Banco Europeu de Investimento - Crescimento para a Grécia [COM(2012)183]

Deputado Autor de Parecer: Vitalino Canas (PS)

e) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição a adotar pela União Europeia no Comité de Comércio e Desenvolvimento Sustentável instituído pelo Acordo de Comércio Livre entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Coreia, por outro, no que diz respeito ao funcionamento do fórum da sociedade civil e à constituição do painel de peritos para examinar questões do âmbito do Comité de Comércio e Desenvolvimento Sustentável [COM(2012)205] *objeto de relatório da Comissão da Comissão de Economia e Obras Públicas*

Deputado Autor de Parecer: Jacinto Serrão (PS)

f) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que estabelece a posição a adotar, em nome da União Europeia, no seio do Comité da Ajuda Alimentar no que respeita à prorrogação da Convenção relativa à Ajuda Alimentar de 1999 [COM(2012)211] *objeto de relatório da Comissão da Comissão de Agricultura e Mar*

Deputada Autora de Parecer: Lídia Bulcão (PSD)

g) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Estratégia COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Estratégia europeia para uma Internet melhor para as crianças [COM(2012)196] *objeto de relatório da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação*

Deputada Autora de Parecer: Maria Ester Vargas (PSD)

h) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Primeiro relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre a aplicação da Diretiva 2010/13/UE, «Diretiva Serviços de Comunicação

## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 71/XII/ 2.<sup>a</sup> SL

Social Audiovisual» [COM(2012)203] *objeto de relatório da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação*

Deputado Autor de Parecer: Honório Novo (PCP)

5. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à mobilização do Fundo de Solidariedade da UE [COM(2011)792] *objeto de relatório da Comissão de Agricultura e Mar*

b) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece um quadro de gestão da responsabilidade financeira relacionada com os órgãos jurisdicionais de resolução de litígios entre investidores e o Estado, criados por acordos internacionais em que a União Europeia é parte [COM(2012)335] *objeto de relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas*

c) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Estratégia da União Europeia para a erradicação do tráfico de seres humanos 2012-2016 [COM(2012)286] *objeto de relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias*

6. Outros assuntos.

---

#### 1. **Apreciação e votação da Ata n.º 70/XII referente à reunião de 5 de julho**

A Vice-Presidente da Comissão, Deputada Ana Catarina Mendes, informou que, a pedido do Sr. Presidente, que iria chegar um pouco mais tarde, presidiria ao início da reunião, tendo, de seguida, colocado em apreciação a ata n.º 70, que foi aprovada por unanimidade.

Passou de seguida ao ponto 4 da Ordem de Trabalhos.



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 71/XII/ 2.<sup>a</sup> SL

#### **4. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias**

d) Parecer relativo à Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Banco Central Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu, ao Comité das Regiões e ao Banco Europeu de Investimento - Crescimento para a Grécia [COM(2012)183].

O Sr. Deputado Vitalino Canas (PS) começou por referir que considerava que esta iniciativa deveria ser debatida com alguma profundidade. Muitos dos traços do programa de ajustamento da Grécia são idênticos aos de Portugal. No parecer limitou-se assim a fazer uma síntese do que a Comissão manifesta nesta comunicação, e a que destacar as medidas nela constantes para ultrapassar a crise.

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) pediu a palavra para sublinhar o trabalho evidenciado no Parecer e referiu que coincide em parte significativa das referências nele feitas. As semelhanças entre o programa e a situação na Grécia e o programa e a situação nacional são tão grandes que parecem cópias, pelo que não pode votar favoravelmente e não pode aceitar que se deixe passar incólume um documento que descreve o que está a ser aplicado na Grécia e que conduziu este país à situação que vive atualmente.

Submetido a votação o Parecer foi aprovado com os votos contra do PCP e os votos favoráveis dos restantes grupos parlamentares, com exceção do BE que não se encontrava presente.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) aplaudiu a sugestão de uma discussão ampla sobre a situação na Grécia, ressaltando que não acompanha as similitudes com a situação portuguesa referidas anteriormente, mas entende que este debate não deve ser feito com base num Parecer.

O Sr. Presidente, Deputado Paulo Mota Pinto, assumiu entretanto a presidência da reunião.

## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 71/XII/ 2.<sup>a</sup> SL

a) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece um enquadramento para a recuperação e resolução de instituições de crédito e empresas de investimento e que altera as Diretivas 77/91/CEE e 82/891/CE do Conselho, as Diretivas 2001/24/CE, 2004/47/CE, 2004/25/CE, 2005/56/CE, 2007/36/CE e 2011/55/CE e o Regulamento (UE) n.º 1093/2010 [COM(2012)280] *objeto de relatório da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública*

O Sr. Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS) apresentou o Parecer, destacando o facto de os mercados financeiros da União Europeia possuírem um nível de integração elevado, no entanto, os sistemas jurídicos continuam a funcionar numa base nacional e variam muito entre si o que dificulta as formas de cooperação entre os Estados.

Neste contexto, a Comissão apresentou esta proposta que constitui a última de uma série de medidas para reforçar o setor bancário da Europa e evitar os efeitos indiretos de qualquer futura crise financeira com consequências negativas para os depositantes e os contribuintes. Para este efeito, a iniciativa propõe que sejam adotadas a nível da União medidas destinadas a reforçar a estabilidade financeira e o mercado interno dos serviços bancários, assim como a confiança nos bancos e evitar o risco de contágio.

Concluiu referindo que a presente iniciativa respeita o princípio da subsidiariedade, na medida em que o objetivo a alcançar será mais eficazmente atingido através de uma ação da União.

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) interveio para referir que o quadro de que se partiu teve vários desenvolvimentos: a crise financeira repercutiu-se na economia, no número de desempregados, nos salários e nos bolsos dos contribuintes. A resolução proposta visa adaptar os mesmos mecanismos que no passado recente. Embora concorde que o mecanismo de supervisão deve ser aprofundado considera que esta não é a orientação certa pelo que se irá abster.

O Sr. Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS) disse que concordava no geral com o que foi dito pelo Sr. Deputado Honório Novo. O esforço das instituições parece-lhe, no entanto, positivo. Outro aspeto positivo é tentar que não se repita o recurso massivo



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 71/XII/ 2.ª SL

ao dinheiro dos contribuintes. Não divergindo com o que foi dito, considera que esta proposta representa um passo positivo.

O Sr. Deputado João Lobo (PSD) fez uma referência a uma carta que o Presidente da Comissão enviou os parlamentos nacionais, distinguindo a análise do conteúdo e a violação do princípio da subsidiariedade.

O Sr. Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS) considerou que os pareceres em geral, incluindo os do Sr. Deputado João Lobo, têm sido mais interessantes do que se tivessem limitado exclusivamente a analisar a conformidade das iniciativas europeias com o princípio da subsidiariedade.

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) disse que discorda da carta e que tem a certeza que o Sr. Deputado João Lobo também não está de acordo e a prová-lo estão as intervenções que tem efetuado.

Submetido a votação, o Parecer foi aprovado com a abstenção do PCP e a ausência do BE.

b) Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Decisão 2003/17/CE do Conselho prorrogando o seu período de aplicação e atualizando os nomes de um país terceiro e das autoridades responsáveis pela aprovação e controlo da produção [COM(2012)343]

O Sr. Deputado Duarte Marques (PSD) apresentou parecer de não escrutínio, dado que a Comissão de Agricultura e Mar, a quem foi enviada a proposta, atento o seu objeto, deliberou não escrutinar a presente iniciativa.

O parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

c) Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Decisão 2008/971/CE do Conselho relativamente à inclusão de materiais florestais de reprodução da categoria «material

## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 71/XII/ 2.ª SL

qualificado» no âmbito de aplicação daquela decisão e à atualização do nome das autoridades responsáveis pela aprovação e controlo da produção [COM(2012)355]

O Sr. Deputado Cristóvão Norte (PSD) apresentou igualmente parecer de não escrutínio, porque, tal como na anterior, a Comissão de Agricultura e Mar, a quem foi enviada a proposta, atento o seu objeto, deliberou não escrutinar a presente iniciativa.

O parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

f) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que estabelece a posição a adotar, em nome da União Europeia, no seio do Comité da Ajuda Alimentar no que respeita à prorrogação da Convenção relativa à Ajuda Alimentar de 1999 [COM(2012)211] *objeto de relatório da Comissão da Comissão de Agricultura e Mar*

A Sr.ª Deputada Lídia Bulcão (PSD) começou por referir que a reunião do Comité de Ajuda Alimentar já se realizou, pelo que este parecer não terá qualquer efeito. Contudo considera que é de sublinhar a importância de se encontrar uma solução temporária para resolver a diferença temporal entre a entrada em vigor da nova convenção e o encerramento da anterior, bem como a necessidade de prever que a solução temporária acima referida possa ser estendida no tempo, caso algum imprevisto atrase a entrada em vigor da nova Convenção relativa à Assistência Alimentar, prevista para 1 de Janeiro de 2013.

O parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

g) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Estratégia COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Estratégia europeia para uma Internet melhor para as crianças [COM(2012)196] *objeto de relatório da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação*

## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 71/XII/ 2.<sup>a</sup> SL

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Ester Vargas (PSD) apresentou o parecer destacando o facto de as crianças constituírem um grupo específico que exige atenção: o modo como as crianças se comportam hoje em linha ajudará a definir o mundo digital de amanhã.

A intensificação das campanhas de sensibilização e o desenvolvimento das competências digitais e da literacia mediática nas crianças melhorarão as suas perspectivas de emprego, reforçarão a sua empregabilidade e ajudá-las-ão a tornar-se cidadãos digitais confiantes.

Concluiu referindo que tratando-se de uma iniciativa europeia não legislativa, não cabe a apreciação do princípio da subsidiariedade, encontrando-se o processo de escrutínio concluído.

O parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

h) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Primeiro relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre a aplicação da Diretiva 2010/13/UE, «Diretiva Serviços de Comunicação Social Audiovisual» [COM(2012)203] *objeto de relatório da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação*

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) começou por referir que se trata do primeiro Relatório sobre a aplicação da Diretiva Serviços de Comunicação Social Audiovisual (DSCSA), relativo ao período 2009-2010, sendo que quando adequado, o relatório abrange também o ano 2011.

No que respeita à transposição da Diretiva, até ao final de 2011, 23 Estados-Membros tinham enviado as respetivas notificações, 20 das quais davam conta de uma transposição integral. A informação já prestada aos serviços competentes da União Europeia por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros é a de que Portugal “*considera não serem necessárias medidas nacionais de execução*”. Referiu ainda que o Relatório conclui que, não obstante ser globalmente positivo e equilibrado o quadro regulamentar europeu dos serviços de comunicação e audiovisual criado na Europa, alguns pontos precisam de atenção.



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 71/XII/ 2.<sup>a</sup> SL

O parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

- e) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição a adotar pela União Europeia no Comité de Comércio e Desenvolvimento Sustentável instituído pelo Acordo de Comércio Livre entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Coreia, por outro, no que diz respeito ao funcionamento do fórum da sociedade civil e à constituição do painel de peritos para examinar questões do âmbito do Comité de Comércio e Desenvolvimento Sustentável [COM(2012)205] *objeto de relatório da Comissão da Comissão de Economia e Obras Públicas*

A apreciação do parecer do Deputado Jacinto Serrão (PS) foi adiada para a próxima reunião a pedido do próprio que se encontrava ausente em trabalhos parlamentares.

#### **2. Informações;**

O Sr. Presidente, Deputado Paulo Mota Pinto, informou que o BE não iria indicar nenhum Deputado para integrar a delegação da CAE à COSAC, por manifesta incompatibilidade de agendas, pelo que, de acordo com a metodologia da composição foi solicitado ao CDS-PP que indicasse um Sr. Deputado, tendo sido indicado o Sr. Deputado José Lino Ramos.

Deu também conhecimento do ofício do Sr. Presidente da Comissão de Economia e Obras Públicas (CEOP), Deputado Luís Campos Ferreira, que coloca à consideração do Sr. Presidente a participação na delegação da CAE à COSAC. O Sr. Presidente da CEOP considera que existem matérias, que constam do Programa da XLVIII COSAC que têm sido objeto de escrutínio e acompanhamento por parte daquela Comissão, designadamente Energia, Mercado Único e Estratégia Europa 2020, pelo que existiria todo o interesse na sua participação na COSAC.

A propósito desta solicitação o Sr. Presidente referiu o seguinte:

- O Protocolo relativo ao Papel dos Parlamentos Nacionais na União Europeia, anexo ao Tratado de Lisboa, consagra no artigo 10.º a existência de uma conferência dos órgãos parlamentares especializados nos assuntos da União (COSAC) que, designadamente, *“promove o intercâmbio de informações e de melhores práticas entre*



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 71/XII/ 2.ª SL

os Paramentos nacionais e o Parlamento Europeu, designadamente entre as respetivas comissões especializadas”;

- O Regulamento da COSAC dispõe quanto à sua composição que “Cada Parlamento nacional será representado por um máximo de seis membros das suas Comissões dos Assuntos da União. O Parlamento Europeu será representado por seis membros. Cada Parlamento determinará a composição da sua própria delegação.” (ponto 3.1);

- Nos termos do artigo 6.º, n.º 1, alínea m), da Lei n.º 43/2006 de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, cabe à CAE “designar os representantes portugueses à Conferência dos Órgãos Parlamentares Especializados nos Assuntos da União (COSAC)” e idêntica disposição consta do Regulamento da Comissão de Assuntos Europeus;

- A composição da delegação à COSAC é proporcional à representatividade dos grupos parlamentares, nos termos da metodologia aprovada na XI Legislatura e reiterada na atual Legislatura (Reunião CAE de 26 de julho de 2011), que determina que a delegação será presidida pelo Sr. Presidente da CAE (que na sua ausência será substituído por Deputado do PSD) e será composta por dois Deputados do PSD, dois deputados do PS e um deputado, em alternância, do CDS-PP ou PCP ou BE;

- As delegações têm sido compostas por Srs. Deputados da CAE (efetivos ou suplentes) não havendo registo nos arquivos da CAE que revele solicitação idêntica.

O Sr. Presidente informou que, havendo concordância, iria transmitir pessoalmente ao Sr. Presidente da 6ª Comissão as razões agora aduzidas, acrescentando ainda o facto de a delegação incluir um Sr. Deputado que integra as duas Comissões Parlamentares.

A concluir este ponto, informou que no próximo dia 21 de setembro, às 09:00, estava marcada reunião com o Sr. Ministro dos Assuntos Europeus e Negociador Chefe para a adesão à UE da Turquia.

### **3. Apreciação e votação do Relatório de Atividades da Comissão de Assuntos Europeus relativo à 1.ª Sessão Legislativa;**

## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 71/XII/ 2.<sup>a</sup> SL

O Sr. Presidente informou que este relatório tinha sido apreciado já em julho, mas que concluindo-se a sessão legislativa apenas a 14 de setembro, os serviços procederam à sua atualização.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) pediu a palavra para, em conformidade, sugerir a alteração da data na introdução do relatório e para sugerir outras benfeitorias que foram logo registadas.

Tendo em conta dúvidas que foram levantadas quanto à uniformidade de critérios na elaboração de relatórios das comissões parlamentares, deliberou-se adiar a votação do relatório para a próxima reunião

#### **5. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:**

a) Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à mobilização do Fundo de Solidariedade da UE [COM(2011)792] *objeto de relatório da Comissão de Agricultura e Mar;*

O Grupo Parlamentar do PS indicou como Autor do Parecer, o Sr. Deputado Jacinto Serrão.

b) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece um quadro de gestão da responsabilidade financeira relacionada com os órgãos jurisdicionais de resolução de litígios entre investidores e o Estado, criados por acordos internacionais em que a União Europeia é parte [COM(2012)335] *objeto de relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas;*

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autor do Parecer, o Sr. Deputado Carlos São Martinho.

c) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Estratégia da União Europeia para a erradicação do tráfico de



## **COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS**

### **ATA NÚMERO 71/XII/ 2.<sup>a</sup> SL**

seres humanos 2012-2016 [COM(2012)286] *objeto de relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias;*

O Grupo Parlamentar do PCP indicou como Autor do Parecer, o Sr. Deputado Honório Novo.

A reunião foi encerrada às 19:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 de Setembro 2012.

**O PRESIDENTE**

**(PAULO MOTA PINTO)**



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 71/XII/ 2.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa  
Ana Catarina Mendonça Mendes  
Ana Drago  
António Rodrigues  
Carlos Costa Neves  
Carlos São Martinho  
Cláudia Monteiro de Aguiar  
Duarte Marques  
Honório Novo  
João Lobo  
João Serpa Oliva  
Maria Ester Vargas  
Nuno Filipe Matias  
Paulo Mota Pinto  
Pedro Silva Pereira  
Sérgio Azevedo  
Vitalino Canas  
Bruno Coimbra  
Cristóvão Norte  
Jorge Lacão  
Lídia Bulcão  
Sérgio Sousa Pinto

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Francisco de Assis  
José Manuel Rodrigues  
Maria Helena André

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Jacinto Serrão